



Marcialme

Serys Shlessarenko (2ª à dir.) coordenou ontem homenagem ao cooperativismo, em mesa composta pelo deputado Paulo Piau, Márcio Freitas (OCB) e Cynthia Cury (Embrapa)

especial Cidadania

Cooperativas podem garantir renda, trabalho e oportunidade

A primeira cooperativa foi fundada em 1844 por um grupo de tecelões ingleses. Desde então, paralelamente às empresas, as associações cooperativas se diversificaram tanto quanto a atividade econômica. Saiba o que levar em conta na decisão de fundar ou se associar a uma cooperativa. **4**

Senado faz esforço concentrado com Petro-Sal na pauta

Parlamentares examinam matérias prioritárias antes do recesso parlamentar, que deve ter início no dia 17

Entre as iniciativas que podem ser votadas hoje e amanhã, destaca-se o projeto que autoriza a União a criar uma estatal para gerir os contratos de partilha

de produção e comercialização de petróleo na área do pré-sal, sob novo modelo de partilha. Originalmente denominada Petro-Sal, a empresa deverá ter seu nome alterado

para Pré-Sal Petróleo S.A. Na próxima semana, o foco do Senado e da Câmara dos Deputados deverá ser a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). **3**

Propostas na CCJ mudam normas sobre casamento **3**

Prioridade na Justiça a pessoas com deficiência **3**

Comissão vota banco de dados de condenados por pedofilia **3**

Revista *Em discussão!* trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos **2**



Gerardo Magalhães

Comunicação do Senado planeja os próximos 8 anos

A Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs) entrega amanhã, às 11h30, ao presidente da Casa, José Sarney, o plano estratégico para o período de 2010 a 2018. O documento resulta de 57 reuniões e 114 horas de trabalho nos últimos três meses. **2**

Apresentação do planejamento estratégico da Secs: secretaria tem como negócio a comunicação para a cidadania

Secretaria tem missão de "contribuir para o exercício pleno da cidadania por meio de uma comunicação inovadora, interativa, democrática e transparente" com a sociedade



Diretores e servidores da Secs acompanham apresentação do planejamento estratégico

Secretaria de Comunicação faz planejamento para 8 anos

A SECRETARIA ESPECIAL de Comunicação Social (Secs) do Senado entregará amanhã, às 11h30, ao presidente da Casa, José Sarney, seu plano estratégico para os próximos oito anos. O documento será, então, encaminhado por Sarney aos líderes partidários e, caso aprovado, deverá se transformar em um ato da Mesa.

O plano estratégico para o período de 2010 a 2018 foi concluído após três meses de trabalho da Secs e é resultado de 57 reuniões de discussão, que totalizaram 114 horas de trabalho. Os encontros foram conduzidos por uma equipe da Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

A apresentação do plano estratégico foi realizada na tarde de ontem e contou com

a presença de diretores e servidores da Secs. De acordo com o documento, o alvo da Secs é "ser referência em comunicação pública, levando as atividades do Senado Federal a um número maior de pessoas, ampliando a participação da sociedade no processo político".

Para o diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita, o trabalho vai servir para avaliar o desempenho da secretaria no futuro.

– Estamos pensando em um programa de trabalho desenvolvido a médio e longo prazos. Pretendemos que os servidores saibam da importância do trabalho realizado pela secretaria.

O coordenador do grupo de trabalho do Prodase, Luiz Eduardo da Silva Tostes, observou que foram analisadas "as forças internas e externas para

avaliar e ajustar os projetos da secretaria nos próximos oito anos. A cada dois anos a Secs deverá fazer uma revisão do planejamento".

O assessor da direção da Secs Fernando Luiz Brito de Melo, disse que "o planejamento estratégico trará um melhor fluxo de trabalho dentro da Secs, além da interação dos diferentes meios de comunicação do Senado Federal".

O plano estratégico da Secretaria de Comunicação determina que o negócio da Secs é "comunicação para a cidadania" e que a missão da secretaria é "contribuir para o exercício pleno da cidadania por meio de uma comunicação inovadora, interativa, democrática e transparente do Senado e do Congresso com a sociedade".

Política de resíduos sólidos é tema da nova *Em discussão!*

O terceiro número da revista *Em discussão!* já está circulando. O tema é a proposta de política de resíduos sólidos para o país, discutida em audiência pública nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS), de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE). São quase 80 páginas com a íntegra de debate com o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Silvano Silvério da Costa, e o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, Ronei Alves da Silva.

A adoção de uma política de resíduos sólidos está prevista

em projeto de lei (PLS 354/89) que impõe obrigações a empresários, governos e cidadãos no gerenciamento do lixo. A proposta, em tramitação no Senado, foi aprovada na Câmara após amplo acordo entre empresários, governo, entidades de reciclagem e consumidores.

A revista *Em discussão!*, editada pelo Jornal do Senado, é um projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). O objetivo é divulgar mais amplamente as audiências realizadas nas comissões da Casa para ouvir a sociedade sobre os projetos em debate. Com periodicidade mensal, a revista ajuda o leitor a entender o tema por meio de infográficos, textos complemen-



tares, matérias e fotografias.

Além da versão impressa, cujos exemplares devem ser solicitados ao Jornal do Senado, a revista *Em discussão!* pode ser lida na internet, no endereço www.senado.gov.br/emdiscussao.

Senado tem campanha para ajudar vítimas das enchentes

De hoje até o dia 16, o Senado participa da campanha de ajuda às vítimas das enchentes de Alagoas e Pernambuco. Trata-se de uma parceria com o Sindilegis e os comitês de Ação e Cidadania da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União. O objetivo é colher materiais de higiene pessoal, cobertores e produ-

tos de limpeza.

Segundo a Secretaria de Relações Públicas do Senado, postos de coleta serão instalados nas principais entradas do Senado, Seep, Prodase, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União. Maiores informações para quem quiser doar podem ser obtidas no endereço www.sindilegis.org.br.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Criação da Petro-Sal

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, projeto que autoriza a criação de uma estatal para gerir os contratos de exploração do pré-sal (Petro-Sal).

CE Nível superior para professor de escola

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que exige formação de nível superior para os professores da educação básica. Outra proposta trata dos recursos do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência.

CAE Revitalização de áreas de enchente

10h Um dos itens da pauta é o projeto que prevê a revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no período de 2008 e 2009. Outros nove projetos têm decisão terminativa, entre eles o que institui rateio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos em vias terrestres (Dpvt).

CMA Cadastro de obras inacabadas

11h30 A comissão toma decisão terminativa sobre quatro projetos. Entre eles, o que prevê a criação de um cadastro geral de obras inacabadas e o que obriga as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.

CMO Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011

19h A Comissão Mista de Orçamento vota o relatório do senador Tião Viana (PT-AC) ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. Na pauta, projetos que autorizam crédito suplementar em favor de diversos órgãos públicos e requerimentos para realização de audiências públicas.

Campanha Solidariedade às vítimas das enchentes

O Senado Federal realiza campanha de ajuda às vítimas das enchentes dos estados de Alagoas e Pernambuco, no período de 6 a 16 de julho, em parceria com o Sindilegis e os comitês de Ação e Cidadania da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU). A medida visa coletar material de higiene pessoal, cobertores e produtos de limpeza. Vários postos de coleta serão instalados nas principais entradas do Senado, Prodase, TCU, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e da Câmara dos Deputados.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão examina alterações em normas relativas ao casamento

Três propostas que alteram regras relacionadas ao casamento, todas tramitando em caráter terminativo, estão entre os 42 itens da pauta de amanhã da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Duas delas alteram o Código Civil: a primeira para deixar claro o direito de o companheiro sobrevivente permanecer no imóvel do casal e a segunda para acabar com a possibilidade de realização de casamento entre menores de idade para evitar que um deles seja punido por crime sexual. Já o terceiro projeto facilita a alteração do registro civil dos filhos devido à alteração no nome dos pais que tiverem se casado ou se divorciado.

Mudanças

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 414/09, de autoria da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), autoriza a pessoa que vivia em união estável a permanecer no imóvel da família após o falecimento do companheiro, o que hoje já é garantido aos cônjuges. O direito, como já prevê o projeto, será concedido qualquer que seja o regime de bens, sem prejuízo na participação que, eventualmente, caiba ao companheiro ou ao cônjuge na herança, na qualidade de

herdeiro ou legatário.

A autora explica, em sua justificativa, que a Lei 9.278/96 já prevê o direito real de habitação ao companheiro, mas o novo Código Civil não fez qualquer menção ao direito à habitação na união estável.

Já o PLS 516/09, de Papaléo Paes (PSDB-AP), suprime do Código Civil o artigo 1.520, segundo o qual "será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (art. 1.517), para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez". Tal artigo é uma referência ao chamado perdão tácito, expediente previsto no Código Penal de 1941 que permitia evitar o cumprimento de pena criminal ao agressor que se casasse com a vítima de violência sexual por ele praticada. Em 2005, o perdão tácito foi suprimido do Código Penal.

O PLS 62/10, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), facilita a alteração dos nomes dos pais nas certidões dos filhos, permitindo que essa alteração seja feita diretamente em cartório, sem necessidade de ação judicial, quando for decorrente de casamento ou de sua dissolução. Hoje a legislação permite esse trâmite simplificado nos casos de correção de erros.

Prioridade a deficientes em processo judicial

Pessoas com deficiência poderão ter prioridade na tramitação de processos judiciais. Esse tratamento diferenciado é previsto em projeto (PLS 58/05) do senador Augusto Botelho (PT-RR) incluído na pauta de votações da CCJ.

A proposta deverá ser votada em decisão terminativa e altera dispositivos do Código de Processo Civil (CPC). Com relação aos idosos, o projeto ajusta o texto do CPC ao Estatuto do Idoso, que prevê preferência nos procedimentos judiciais aos cidadãos com mais de 60 anos que figurem como parte ou interveniente no processo. A redação atual do CPC fala em maiores de 65 anos.

O benefício, segundo a proposta, deverá ser solicitado ao juiz responsável pela ação, anexando-se ao pedido a prova da idade. Uma vez concedida a prioridade, esta não se extingue com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge ou companheiro com união estável maior de 60 anos.

Quanto aos portadores de deficiência, terão de comprovar a conexão de sua incapacidade com a causa para gozar desse atendimento preferencial. No substitutivo oferecido ao PLS 58/05, o relator, senador Neuto De Conto (PMDB-SC), tratou de deixar expressa a referência a "deficiência física ou mental" no texto do CPC.

Banco de dados de condenados por pedofilia

O projeto de lei que permite o acesso – por meio da internet – a informações sobre pessoas condenadas por pedofilia e crimes relacionados aguarda votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). O banco de dados em questão apresentaria o nome do condenado, sua fotografia, endereço residencial, endereço do local de trabalho ou estudo, data de nascimento e o crime que praticou.

Se for aprovado nessa comissão, onde receberá decisão terminativa, o projeto (PLS 338/09) deverá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados.

A autora da proposta – que acrescenta um capítulo ao Estatuto da Criança e do Adolescente – é a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que apresentou o texto no ano passado. A versão que tramita na comissão foi modificada por emenda do senador Magno Malta (PR-ES), relator da matéria. Ele é presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia.

De acordo com o projeto, somente estarão disponíveis informações sobre pessoas já condenadas em processo judicial com sentença transitada em julgado, ou seja, definitiva.

Os dados sobre cada condenado seriam, conforme a proposta, atualizados por ele próprio, "salvo se já alcançado pela reabilitação" (em respeito ao artigo 93 do Código Penal). A pena para aquele que não fizer a atualização é de um a dois anos de detenção, mais multa.

Se houver acordo, poderão ser examinadas a proposta que reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e as PECs da Juventude e do Divórcio



Entre as matérias que podem ser votadas esta semana pelo Plenário, está o projeto de lei do governo que cria a Petro-Sal

Senado promove esforço concentrado hoje e amanhã

O SENADO INICIA hoje esforço concentrado para deliberar sobre matérias prioritárias, antes do recesso parlamentar, que começa no dia 17. Entre as iniciativas que podem ser votadas hoje e amanhã, destaca-se o projeto de lei (PLC 309/09) que autoriza a União a criar uma estatal para gerir os contratos de partilha de produção e comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos na área do pré-sal, sob novo modelo de partilha proposto pelo governo. Originalmente denominada Petro-Sal, a empresa deverá ter seu nome alterado para Pré-Sal Petróleo S.A., via emenda.

Na próxima semana, o foco do Senado e da Câmara dos Deputados deverá ser a votação

do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, sem a qual o Congresso Nacional ficará impedido de entrar em recesso.

PEC da Juventude

Na pauta de votações do esforço concentrado da Casa, figuram quase 30 mensagens presidenciais de indicação de autoridades. O restante da pauta deverá ser negociado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), com os demais líderes partidários pouco antes do início das votações.

De acordo com indicações anteriores da liderança do governo, do próprio Jucá e dos demais líderes, pode ser votado o projeto que reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa

Econômica (Cade).

Também estão na lista as propostas de emenda à Constituição (PECs) 17/08, que estende os benefícios da Zona Franca de Manaus por mais 10 anos; 28/09, que suprime o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos para efetivação do divórcio; e 42/08, que trata da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, conhecida como PEC da Juventude.

Se depender do desejo do relator da matéria, senador Renato Casagrande (PSB-ES), o projeto de lei que reforma o Código de Processo Penal (CPP) será votado amanhã, segundo informação da Rádio Senado.

Papaléo: casos de dengue tiveram crescimento de 80% no país em 2010

A dengue não está mais ocupando o espaço no noticiário como ocupou no início de 2008 e de 2009. Porém, essa sensação de que diminuiu a incidência de casos de dengue no Brasil é falsa. Ao fazer tal alerta, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) divulgou que houve no país 447.769 casos registrados da doença no primeiro trimestre de 2010. Esse número, computado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, representa um aumento de cerca de 80% em relação ao mesmo período do ano passado.

– Nosso país não está, na verdade, conseguindo vencer a batalha contra a dengue. Significa dizer que não está conseguindo repetir o feito de Oswaldo Cruz, no início do século passado, que comandou um combate vitorioso contra o *Aedes aegypti*, na então capital federal, ou das autoridades sanitárias que, no final dos anos 1950, erradicaram o mosquito do nosso território.

Papaléo Paes informou que as regiões que apresentaram maior número de casos de dengue no primeiro trimestre foram Sudeste (mais de 173 mil casos), Centro-Oeste (163,5 mil casos) e Norte (56,5 mil casos). O número de pessoas que contraíram a dengue na região Norte aumentou 47%, comparando com o mesmo período do ano anterior. Porém, no Amapá, foi detectada uma diminuição de 66%.



Papaléo Paes

Alvaro lamenta morte de economista e de ex-prefeito de Maringá

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento do economista Francisco de Borja Magalhães Filho. O economista dirigiu a Secretaria de Planejamento do Paraná quando Alvaro Dias



Alvaro Dias

foi governador do estado, de 1987 a 1991.

Autor de extensa bibliografia especializada, Francisco de Borja Magalhães Filho tem como principal obra o livro *História econômica – da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*.

Presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná nos anos 1970, o economista presidiu também o Conselho Federal de Economia, em Brasília, no início dos anos 1980.

– Foi por conhecer sua seriedade, eficiência e competência que convidei Borja Magalhães para ser meu secretário de Planejamento. Ao final de nossa gestão, o jornal *Folha de S. Paulo* realizava pesquisa e constatava ter sido o nosso governo o de melhor avaliação popular em todo o país – disse.

Alvaro Dias registrou ainda o falecimento do médico e ex-deputado federal Saíd Ferreira, ex-prefeito de Maringá (PR). Entre suas obras importantes, Alvaro Dias citou a construção do aeroporto de Maringá.

Homenagem do Congresso ao cooperativismo

O Congresso Nacional comemorou ontem, em sessão solene, o Dia Internacional do Cooperativismo e os 40 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Na presidência da sessão, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que o cooperativismo mostra que o desenvolvimento econômico não pressupõe um sistema pelo qual seja necessário alguém perder para que outro obtenha lucro.

O secretário-geral da Frente Parlamentar do Cooperativismo, deputado Paulo Piau (PMDB-MG), lamentou que a adesão ao cooperativismo ainda seja baixa no Brasil. Ele informou que menos de 5% dos brasileiros são associados de cooperativas, enquanto nos Estados Unidos esse percentual é de 30% e, entre os europeus, 40%.

Já o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, defendeu um melhor tratamento tributário e fiscal para as cooperativas. A sessão de homenagem foi requerida pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Breve história do sistema econômico

A primeira cooperativa moderna foi criada na Inglaterra em 1844. Sofrendo os efeitos da Revolução Industrial, que havia tornado as condições de vida extremamente difíceis, 28 homens, a maioria tecelões, se uniram em Rochdale para abrir um armazém que vendesse aos próprios associados a preços mais baixos (cooperativa de consumo). Os princípios básicos de equidade e de ajuda mútua que até hoje norteiam o cooperativismo foram estabelecidos por esses pioneiros.

No Brasil, o movimento começou em Ouro Preto (MG), em 1889, com uma cooperativa de consumo criada por funcionários públicos. As cooperativas de crédito surgiram em 1902, no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstutz. Já as cooperativas rurais nasceram por influência dos imigrantes alemães e italianos, inspirados na experiência adquirida nos países de origem, a partir de 1906.

Saiba mais

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Setor de Autarquias Sul, quadra 4, bloco I
Brasília (DF)
CEP 70070-936
(61) 3217-1500/3217-2100
www.ocb.org.br



Cooperativa: uma forma diferente de trabalhar

Uma das maneiras mais antigas de empreendimento econômico, a cooperativa pode viabilizar renda e assegurar acesso aos mercados de consumo e financeiro

NO BRASIL, 8,25 milhões de pessoas são associadas de cooperativas, que movimentam R\$ 88 bilhões por ano. Essa forma antiga de exercer atividade econômica continua sendo importante alternativa para viabilizar renda, comprar produtos a preços mais baixos ou conseguir empréstimos a juros menores, entre outros objetivos. Os ramos se multiplicam na proporção das necessidades, da criatividade e das oportunidades identificadas, mas um espírito comum motiva cada empreendimento: o interesse mútuo, a divisão igualitária de responsabilidades e de resultados e a gestão democrática.

O número mínimo para viabilizar uma cooperativa é de 20 pessoas. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade responsável pela promoção e pela defesa dessas sociedades no país, aconselha os interessados a se fazerem uma pergunta básica: há de fato necessidade de criar uma cooperativa e as pessoas estão realmente interessadas?

Se a resposta for afirmativa, é importante saber o que é e como funciona uma cooperativa; conhecer a legislação específica (Lei 5.764/71); desenvolver estudo de viabilidade econômica; pesquisar se já há outras cooperativas do mesmo ramo na mesma área; elaborar estatuto de acordo com os objetivos; identificar líderes para a diretoria; e

Diferenças entre cooperativa e empresa

O cooperativismo impõe comprometimento e gestão democrática, mas os dois tipos de empreendimento exigem planejamento estratégico de longo prazo

| EMPREENHIMENTO COOPERATIVO | X | EMPRESA MERCANTIL |
|---|---|--|
| sociedade simples, regida por legislação específica | | sociedade de capital – ações |
| número de associados limitado à capacidade de prestação de serviços | | número limitado de sócios |
| controle democrático: cada pessoa corresponde a um voto | | cada ação = um voto |
| objetiva a prestação de serviços | | objetiva o lucro |
| quórum de assembleia baseado no número de associados | | quórum de assembleia baseado no capital |
| não é permitida a transferência de cotas-parte a terceiros | | permitida a transferência e a venda de ações a terceiros |
| retorno dos resultados proporcional ao valor das operações | | dividendo proporcional ao valor de total das ações |

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

definir local de sede.

– O segredo é você saber onde está entrando. Você tem que criar seu plano estratégico para execução a longo prazo para só depois criar a cooperativa – recomenda Raquel Farias, presidente da cooperativa Maria Flor, de Brasília (veja nesta página).

Os princípios do cooperativismo diferenciam essas sociedades das empresas. O primeiro deles é a adesão livre, respeitados os critérios do estatuto da cooperativa, sem discriminação de sexo, origem social, raça, política ou religião. O segundo é o controle democrático. As decisões são tomadas no voto, e a assembleia-geral é a instância

máxima. A contribuição financeira e os resultados são distribuídos de forma equitativa.

A administração é feita por um conselho formado por presidente, vice-presidente, secretário e membros vogais, com mandato de no máximo quatro anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço. Instituir um conselho fiscal também é obrigatório. Os conselhos fiscal e de administração não podem incluir parentes até o segundo grau.

Antes de tudo, é fundamental procurar uma das representações do cooperativismo para receber instruções. O site da OCB traz a lista completa de contatos.

RAMOS DAS COOPERATIVAS

» **Agropecuário** – Composto por produtores rurais e de pesca cujos meios de produção pertençam ao associado, é o maior ramo no Brasil por número de cooperativas (1.615), com 942 mil associados e 138 mil empregados.

» **Consumo** – Cooperativas que se organizam para compra comum de produtos. A aquisição em escala baixa os custos para os associados.

» **Educativo** – Cooperativas de professores, de alunos de escolas agrícolas e de pais de alunos.

» **Especial** – Composto por pessoas que precisam ser tuteladas ou estão em situação de desvantagem social, por exemplo, para o acompanhamento psiquiátrico permanente.

» **Crédito** – Financia as necessidades dos associados. Está dividido entre cooperativas de crédito rural, mútuo e *luzzatti* (aberto à população em geral). É o maior ramo no país por número de associados. São 3,5 milhões de pessoas, em 1.100 cooperativas.

» **Habitacional** – Cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para os associados.

» **Infraestrutura** – Realiza obras de infraestrutura para atender necessidades dos associados. Exemplos: eletrificação e telefonia rural.

» **Produção** – Dedicada à elaboração de bens e mercadorias, sendo os meios de produção de propriedade dos associados.

» **Mineral** – Composto por garimpeiros e outros, nas atividades de extração, lavra, industrialização e comércio de produtos minerais.

» **Saúde** – Para a prestação de serviços médicos, psicológicos, odontológicos e afins.

» **Trabalho** – Destina-se à prestação de serviços por qualquer categoria profissional de associados.

» **Transporte** – Ramo recente, criado em 2002, está em franca expansão. Cooperativas atuam no transporte de cargas e de passageiros.

» **Turismo e lazer** – Serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria para atender prioritariamente aos associados.

Maria Flor ocupa deficientes intelectuais

A cooperativa se mostrou a forma de organização ideal para um grupo de aprendizes e mães da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF) para gerar renda e propiciar a ocupação de pessoas com deficiência. Há quatro anos, um grupo de 20 amigos, a maioria com deficiência intelectual, aproveitou a experiência adquirida em uma oficina de confecção de flores artificiais da própria Apae para constituir a cooperativa Maria Flor, que fabrica arranjos para casamento e outros eventos. Com patrocínio da Petrobras, foram adquiridos maquinário e matéria-prima. O empreendimento demorou para deslançar, mas agora já tem condições de se sustentar sozinho.

– Vale a pena. É difícil no início, mas, se você monta um quadro de pessoas capacitadas e que querem fazer diferença, você consegue – afirma a diretora financeira, Linda dos Santos Lemos.

A presidente, Raquel Farias, aconselha quem deseja seguir o mesmo caminho e criar uma cooperativa a ter perseverança, além de planejamento e organização: “pode-se esperar três anos ou mais até que haja retorno financeiro”.

O rendimento de cada associado ainda é baixo, de menos de um salário mínimo. Mas, diz Linda Lemos, a finalidade de uma cooperativa, principalmente do ramo especial, não se limita ao ganho econômico. Além da ocupação do tempo dos associados que têm deficiências, ela aponta o aumento da autoestima: “Eles se sentem valorizados”.

Uma das cooperadas, Elisângela Alves, com leve deficiência cognitiva e muita dificuldade na fala, expressa sua satisfação em “trabalhar fora feito gente normal, levantar cedo”. Sem contar o fato de poder ganhar o próprio dinheiro, o que, como ela reforça com uma grande gargalhada, “é bom demais”.



Trabalhar fora como todo mundo e ganhar o próprio dinheiro reforça a autoestima e não tem preço, avaliam as pessoas com deficiência intelectual sócias da cooperativa Maria Flor